

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1013147-08.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente</b>
Requerente:	<b>Nestor Pereira Neto</b>
Requerido:	<b>INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL</b>

NESTOR PEREIRA NETO ajuizou ação contra INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, pedindo a concessão da aposentadoria por invalidez acidentária, haja vista sua incapacidade laboral permanente e total, decorrente de acidente de trabalho sofrido no dia 07 de dezembro de 1999.

Indeferiu-se o pedido de antecipação da tutela jurisdicional.

O INSS foi citado e contestou o pedido, aduzindo que o autor já percebe auxílio-acidente, sendo inviável a conversão do benefício previdenciário em razão da inexistência da incapacidade total alegada.

Houve réplica.

A prova pericial foi realizada, juntando-se aos autos o respectivo laudo, sobrevindo, em seguida, as manifestações das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O art. 42 da Lei 8.213/91 prevê que a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Consigna-se que a incapacidade deve ser total e definitiva para a atividade laboral, nos termos do art. 43, § 1º, da referida Lei.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

No caso *sub judice*, a Dr.<sup>a</sup> Perita Judicial concluiu que há nexo causal entre o acidente de trabalho sofrido pelo autor e a sequela funcional no membro superior direito, a qual impossibilita o exercício de tarefas que demandam destreza e/ou esforço bimanual.

Entretanto, afirmou no laudo pericial *"que o autor possui capacidade funcional aproveitável ao exercício de demais tarefas (de menor complexidade) que não demandem destreza ou esforço bimanual, enquadrando-se assim no atual mercado de trabalho nas vagas para deficientes"* (fls. 109/110).

Dessa forma, descabe a concessão da aposentadoria por invalidez, na medida em que a incapacidade laboral do autor é apenas parcial, podendo realizar outras atividades de forma remunerada que lhe garantam a subsistência.

Não é plausível a alegação do autor de que todas as atividades laborais demandam a utilização de ambas as mãos, pois, além dos serviços que exigem menor ou quase nenhum esforço físico, há vagas destinadas exclusivamente aos portadores de alguma deficiência. Além disso, a mera existência de dano estético não interfere na concessão da aposentadoria por invalidez.

Fato é que o autor já recebe o benefício acidentário que lhe é devido, sendo improcedente o pedido formulado.

Em casos semelhantes, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu da mesma forma:

"AÇÃO ACIDENTÁRIA - Operador de onduladeira - ACIDENTE-TIPO - Amputação traumática dos 3º e 4º quirodáctilos, rompimento do tendão do 2º quirodáctilo, todos da mão esquerda - Apelo do obreiro objetivando concessão de aposentadoria por invalidez - INADMISSIBILIDADE - Laudo pericial que concluiu não estar caracterizada situação de invalidez - Constatação de incapacidade parcial e permanente para o trabalho - Recurso do obreiro desprovido." (Apelação nº 0007434-10.2008.8.26.0471, 16ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Antonio Tadeu Ottoni, j. 23/08/2011).

"APELAÇÃO CÍVEL - Acidentária - Acidente típico - Amputação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

da mão e do punho direitos do obreiro ao nível do 1/3 distal dos ossos do antebraço - Conversão de 'auxílio-acidente' em 'aposentadoria por invalidez' - Inadmissibilidade - Perícia médica - Ausência de incapacidade total e temporária - Ação julgada improcedente - Apelo do obreiro - Decisão mantida - Recurso não provido." (Apelação nº 0001159-04.2009.8.26.0053, 17ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Aldemar Silva, j. 11/10/2011).

Diante do exposto, rejeito o pedido.

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de julho de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**